

Espaços sagrados e de memória: os antigos cemitérios indígenas de Manaus/AM

Sacred and memory spaces: the ancient indigenous cemeteries of Manaus/AM

Espacios sagrados y de memoria: los antiguos cementerios indígenas de Manaus/AM

Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa¹

Resumo: A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, tem suas origens ligadas ao povoado formado ao redor da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, construída na segunda metade do século XVII. Essa comunidade era formada por alguns poucos portugueses e indígenas descendidos de diferentes etnias, como os manãos, baré, passé e tarumã. Cada grupo tinha sua forma de se relacionar cotidianamente, mantendo relações de trabalho, poder e sociabilidade distintas. Os cemitérios estavam entre os locais mais importantes para os indígenas que habitavam a região, pois neles jaziam gerações de seus antepassados. No presente trabalho, fruto de pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se apresentar e analisar os antigos cemitérios indígenas da cidade, destacando-os como espaços sagrados e de memória.

Palavras-chave: cemitérios; indígenas; morte.

Abstract: The city of Manaus, capital of the state of Amazonas, has its origins linked to the village formed around the São José da Barra do Rio Negro Fortress, built in the second half of the 17th century. This community was made up of a few Portuguese and indigenous people descended from different ethnic groups, such as the Manau, Baré, Passé and Tarumã. Each group had its own way of interacting on a daily basis, maintaining distinct work, power and social relationships. Cemeteries were among the most important places for the indigenous people who inhabited the region, as generations of their ancestors were buried there. This work, the result of bibliographic and documentary research, sought to present and analyze the old indigenous cemeteries of the city, highlighting them as sacred and memorial spaces.

Keywords: cemeteries; indigenous; death.

Resumen: La ciudad de Manaus, capital del Estado de Amazonas, tiene sus orígenes ligados al poblado formado alrededor de la Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, construída en la segunda mitad del siglo XVII. Esta comunidad estaba formada por algunos portugueses e indígenas descendientes de diferentes etnias, como los Manau, Baré, Passé y Tarumã. Cada grupo tenía su propia forma de interactuar en el día a día, manteniendo distintas relaciones de

¹ Graduado em História e mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Morte, atuando principalmente nos seguintes temas: ritos fúnebres, cemitérios e arte tumular. E-mail: historiadorcarvalho@gmail.com

trabajo, poder y sociabilidad. Los cementerios estaban entre los lugares más importantes para los pueblos indígenas que habitaban la región, ya que allí yacían generaciones de sus antepasados. En este trabajo, resultado de una investigación bibliográfica y documental, buscamos presentar y analizar los antiguos cementerios indígenas de la ciudad, resaltándolos como espacios sagrados y de memoria.

Palabras clave: cementerios; indígenas; muerte.

A Amazônia indígena

Este trabalho é fruto de um diálogo interdisciplinar entre História, Antropologia e Arqueologia, e tem como base, entre outros, os estudos de José Ribamar Bessa Freire, Agnello Bittencourt, Helena Pinto Lima, Bruno Moraes, Camila Garcia Iribarrem e William Rodrigues Pereira. Antes de iniciar a análise sobre a morte entre os povos originários e dos cemitérios indígenas de Manaus e as disputas pelo reconhecimento e direito à memória desses espaços, é necessário refletir sobre a formação da Amazônia indígena.

Os cronistas e viajantes europeus que passaram pela região entre os séculos XVI e XVII deixaram interessantes e importantes relatos sobre as populações indígenas, auxiliando, em que pese a visão eurocêntrica de seus escritos, na reconstituição da demografia amazônica antes e durante a conquista. Frei Gaspar de Carvajal viu na província de Machifaro, ou Machiparo, na margem direita do Solimões, “[...] muitas e grandísimas povoações que reúnem cinquenta mil homens, entre os trinta e setenta anos”. A abundância de comida – tartaruga, carne, peixe e biscoito – era tanta que “[...] daria para sustentar um batalhão de mil homens durante um ano” (CARVAJAL, 1941, p. 37-39).

No século XVII, o jesuíta espanhol padre Cristóbal de Acuña registrou que “São tão seguidas estas Nações, que dos últimos povoados de umas, em muitas delas, se ouvem lavrar os paus nas outras” (ACUÑA, 1941, p. 199). O militar português Pedro Teixeira descreveu a Amazônia como uma região de “[...] ríos todos muy caudalosos, y con tanto número de indios de diferentes naciones que es imposible poderlos nombrar (LIMA; COUTINHO, 2016).

Esses relatos demonstram que a Amazônia foi densamente povoada, sofrendo um catastrófico decréscimo populacional nos dois primeiros séculos da colonização, causado pela violência da escravidão e pela letalidade das doenças trazidas pelos europeus. E quando começou a ocupação do território? Segundo o arqueólogo Eduardo Góes Neves, ele começou a ser ocupado há cerca de 11 mil anos, mas essa presença pode ser ainda mais antiga. Em uma gruta na bacia do Guaporé, no Mato Grosso, foram encontrados resquícios de 12 mil a. C. O pesquisador destaca que:

De qualquer modo, diferentes partes da Amazônia já eram ocupadas em torno de 7000 a. C. As evidências vêm de locais tão diversos como a serra dos Carajás, no Pará; a bacia do rio Jamari, em Rondônia; a região do rio Caquetá (Japurá), na Colômbia; o baixo Rio Negro, próximo a Manaus, e o alto Orinoco, na Venezuela (NEVES, 2006, p. 24).

Apesar de os grupos nativos terem diferentes culturas e formas de sociabilidade, eles compartilhavam entre si a exploração sustentável da fauna e da flora, pescando, coletando, cultivando o solo e caçando animais de pequeno porte. De suas atividades restaram artefatos de pedra polida, fragmentos de pontas de lança, potes, vasilhames e urnas funerárias.

A arqueóloga estadunidense Betty Meggers defendia a tese de que o ambiente amazônico, pobre em nutrientes e sem animais de grande porte, teria impedido a formação de grandes contingentes populacionais, contribuindo para a “degeneração” de seus habitantes (MEGGERS, 1987). Em contrapartida, a também arqueóloga e sua conterrânea Anna Roosevelt defende que as terras baixas da região, conhecidas como várzeas, ricas em nutrientes e com grande fartura, foram o polo irradiador da povoação da Amazônia, abrigando cacicados complexos e sofisticados:

Desta forma, enquanto habitat da ocupação humana pré-histórica, a Amazônia surge como mais rica, complexa e variada do que pensávamos. Mais significativo para a compreensão dos padrões da adaptação nativa e desenvolvimento cultural é, provavelmente, o fato de que existiram determinadas áreas nas quais a abundância de recursos sustentava populações caçadoras-coletoras, horticultoras e agricultoras durante longos períodos, e que nestas áreas se desenvolveram grandes populações indígenas (ROOSEVELT, 1992, p. 57).

A Pré-História da Amazônia, conforme Roosevelt, compreende o período que vai de 11 mil a. C. a 1000 d. C. Os primeiros habitantes da região eram nômades que viviam da coleta de frutos, moluscos, da agricultura rudimentar e da caça de animais de pequeno porte. A partir de 7.500 a. C. e 1000 a. C., tem início a transição para grupos sedentários que praticavam a agricultura de subsistência. Entre 1000 a. C. e 1000 d. C., se desenvolvem à margem dos rios sociedades bastante complexas em aspectos demográficos, econômicos e políticos, com um nível de organização avançado (ROOSEVELT, 1992).

Quantos eram os indígenas antes da conquista? O professor William M. Denevan (0000), do Departamento de Geografia da Universidade de Wisconsin-Madison, estimou para a Grande Amazônia (bacia Amazônica, leste e sul dos Andes e Amazônia Legal) uma população de 6 milhões e 800 mil, dos quais 5 milhões habitavam a bacia Amazônica. O historiador John Hemming, no final da década de 1970, calculou a população da bacia Amazônica no período pré-colonial em 3 milhões e 625 mil indivíduos (FREIRE et al, 1991, p. 10). Segundo o antropólogo Antônio Porro, os grupos linguísticos que compunham a Amazônia antes da chegada dos europeus eram oito: Aruak, Karib, Tupi, Jê, Katukina, Pano, Tukana e Xiriana. Os povos que formam esses grupos, cerca de 90, encontram-se distribuídos pela bacia hidrográfica da região (PORRO, 1995).

Os cemitérios indígenas, dessa forma, são vestígios da milenar presença indígena que se tenta apagar na sociedade brasileira. Não há nenhum exagero quando a antropóloga Sandra Benites, da etnia Guarani Nhandewa e curadora adjunta de arte brasileira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP, em entrevista à revista de arte *Contemporary And América Latina*, afirmou que “As cidades são cemitérios indígenas” (GONZATTO, 2021.). A partir do estudo dessas necrópoles é possível reconstituir os modos de vida e o cotidiano dos povos originários, bem como compreender as disputas pela memória em nossa sociedade.

A morte nas sociedades indígenas

Cada grupo humano possui suas formas de encarar a finitude. Nenhum deles, afirma Edgar Morin, abandona seus mortos sem ritos que traduzem e amenizam esse momento (MORIN, 1970). Essas particularidades se fazem ainda mais presentes nas sociedades indígenas brasileiras, bastante diversificadas. A morte, na cosmologia de vários povos nativos, como aponta o antropólogo Robin M. Wright, tem papel central como força “geradora-de-vida”. O mundo, nessas culturas, surge através da morte e desmembramento de um ser/divindade primordial, cujas partes dão origem às terras férteis, aos rios e às plantas (WRIGHT, 2008).

Os relatos de viajantes e cronistas europeus, produzidos entre os séculos XVI e XIX; e os relatórios e estudos de indigenistas, antropólogos e arqueólogos, a partir do século XX, possibilitam a análise das atitudes dos povos originários diante da morte.

Os indígenas do litoral, no período Colonial, escreveu Frei Vicente do Salvador (1564-1635), embrulhavam os cadáveres nas redes em que dormiam e os sepultavam em covas profundas com comida, tabaco, água e armas. As mulheres e filhas se pintavam e choravam dias a fio. Se o morto era o principal da aldeia, seu corpo era embebido em mel e coberto com penas de pássaros, sendo colocada uma carapuça de penas em sua cabeça e outros enfeites.

Na oca em que habitava era aberta uma cova e nela armada uma rede, onde era deitado e sepultado com água, comida, tabaco, armas e uma pequena fogueira. A cova era fechada com madeira e terra. Em sinal de respeito e dor, as mulheres cortavam seus cabelos e tingiam-se de jenipapo. Caso o falecido fosse a mulher, o marido também passava pelo mesmo processo. As crianças eram colocadas em posição fetal em potes e sepultadas em suas casas. Em memória ao morto, eram realizadas grandes cerimônias onde seus feitos eram cantados (SALVADOR, 1982, p. 83-84).

Ainda no período Colonial, diversos viajantes e cronistas, como Hans Staden (1525-1576),

Pero de Magalhães Gândavo (1540-1580), André Thevet (1516-1590) e Jean de Léry (1534-1613), registraram que entre diferentes povos nativos era comum a prática ritual da antropofagia, que consistia, conforme estudos da cientista social Eliane Knorr de Carvalho e do historiador Adone Agnolin, no consumo da carne de inimigos capturados em guerras e a de parentes falecidos como forma de vingança, incorporação da vitalidade do inimigo e tributo e manutenção dos laços familiares (CARVALHO, 2008; AGNOLIN, 2002). Para Wright, ela representa, junto de outras práticas, a centralidade da morte na formação sociorreligiosa dos indígenas da Amazônia (WRIGHT, 2008, p. 37).

Refletindo sobre a antropofagia, seus significados religiosos, sociais e culturais e as práticas funerárias no Brasil Colonial, o pesquisador Clarival do Prado Valladares afirmou que os estômagos dos indígenas foram nossos “primeiros cemitérios”, cumprindo a função de sepultar os habitantes pregressos do território (VALLADARES, 1972, p. 115). Essa afirmação está relacionada à visão que alguns povos, como os Tupinambá, tinham da morte, considerando a decomposição, explica Agnolin, um sinal de má sorte, sendo “[...] mais honesta sepultura o estômago do homem” (AGNOLIN, 2002, p. 134).

Entre os Omágua, habitantes dos rios Napo e Solimões entre os séculos XVI e XVIII, era corrente a prática, quando uma criança nascia com má formação ou outros problemas, do infanticídio por enterramento. Inclínados à guerra e conquistadores de territórios, fincavam as cabeças de seus inimigos em estacas. No tocante à prática de sepultamento, realizavam um enterro secundário, recolhendo os ossos após o enterro, os lavando, pintando e depositando em uma urna que era jogada no rio (RAPP PY-DANIEL, 2015, p. 358).

Os Tikuna, do Alto Solimões, depositavam os mortos, seus ornamentos e colares feitos com os dentes de seus inimigos em vasos de chicha, levando alimentos e bebidas periodicamente às suas sepulturas, onde mantinham fogueiras acesas. Sobre o local de sepultamento, Anne Rapp

Py-Daniel assinala a existência de cemitérios de vasos, além de enterros, no caso de “pessoas queridas”, feitos em casa (RAPP PY-DANIEL, 2015, p. 359).

O Kaapor, do Maranhão, na Amazônia Oriental, estudados por Darcy Ribeiro, tem especial cuidado com os doentes, os medicando e alimentando. Isso, no entanto, só ocorre quando a doença é conhecida, não oferecendo maiores riscos para os outros. Se a enfermidade é desconhecida e contagiosa, tendo origem no contato com os brancos, o enfermo corre o risco de ser abandonado por amigos e conhecidos, restando apenas o socorro dos familiares.

Se a aldeia for contaminada, ela é logo abandonada, pois eles acreditam que a doença é uma entidade maléfica. Em alguns casos os mortos são apenas enrolados em suas redes e abandonados na mata. Para o sepultamento, é cavada uma cova profunda que caiba o morto em sua rede. Ele é pendurado com dois paus e coberto com folhas. São deixados no local, água, farinha, tabaco, uma pequena fogueira e, para os homens, armas. Temendo a perseguição do espírito do falecido, os vivos abandonam a aldeia e criam, pela mata, obstáculos para atrapalhá-lo (RIBEIRO, 1996, p. 120-121).

Na região do Xingu os indígenas realizam o Kuarup, ritual em homenagem aos mortos ilustres. Ele tem como base a figura lendária de Mawutzinin, o primeiro homem. Nos primórdios da humanidade, ele desejou trazer os mortos de volta à vida. Para isso, cortou três troncos de árvore kuarup, os levou para a aldeia, fincou-os na terra e os pintou e decorou com penas e colares. Os habitantes foram avisados de que deveriam ficar em suas ocas até que os troncos se transformassem nas pessoas falecidas. Perto da conclusão da transformação, Mawutzinin advertiu que aqueles que tivessem mantido relações sexuais na noite anterior não poderiam participar. Um indígena que havia sido proibido, curioso, viu a transformação dos kuarup, quebrando o encanto. Com isso, o ritual se tornou uma grande festa de rememoração dos mortos (ZARUR, 2003).

Os Marubo, do Amazonas, tinham, no passado, o costume de cremar seus mortos,

abandonando a prática após terem contato com os colonizadores. Conforme relatório elaborado por Delvair Melatti, da FUNAI, e Júlio Melatti, da Universidade de Brasília (UnB), eles pegavam uma parte do peito que não queimava e guardavam em um pote. Essa parte passava a representar o espírito do morto, agora guardado dentro da maloca. As cinzas eram misturadas com mingau e ingeridas. Era realizado um ritual em que as pessoas não dormiam por cinco dias.

Após abandonarem essa prática, passaram a enterrar os mortos em cemitérios. Cada maloca tinha os seus para crianças e adultos. Os adultos eram velados por um dia e uma noite, e as crianças por uma noite. O espírito do adulto era temido. O cadáver era posto em um jirau e sepultado sem adereços e com pertences pessoais. A cova era selada com paus e terra (MELATTI; MELATTI, 1975).

Um personagem é central nas atitudes das sociedades indígenas diante da morte: o Pajé, líder espiritual, curandeiro e detentor dos segredos ocultos. O médico João Bosco Botelho e a historiadora Vânia Novoa Tadros, em artigo sobre sua resistência contra os conquistadores europeus, registram que desde o início da colonização sua figura era destacada pelos cronistas por conta de seus poderes sobre o mundo dos mortos:

Nos registros produzidos pelos viajantes que regressavam do continente americano, tenham eles sido escritos pelos representantes da Igreja ou da realeza, foi constante a citação da existência de um personagem especial – o pajé –, entre os povos nativos, respeitado por todos pelo poder de comunicar-se com os espíritos e aplacar a fúria dos deuses, com os objetivos de curar doenças, evitar ou provocar mortes, predizer a tragédia e indicar a época própria para as guerras (BOTELHO; TADROS, 2000, p. 274).

O antropólogo Renato Sztutman explica que os rituais fúnebres indígenas visam separar os vivos dos mortos, possibilitando que estes últimos sejam integrados ao além (SZTUTMAN, 2008). Por isso os cuidados com o cadáver, com as etapas de decomposição e com o enterro definitivo são tão importantes, pois caso sejam mal realizados, fazem com que o espírito do morto permaneça circulando no mundo dos vivos.

Os antigos cemitérios indígenas de Manaus

Ao caminhar pelos chãos da cidade, entramos em contato com diferentes temporalidades. Por onde andamos, muitas vezes desatentos, gerações anteriores caminharam, deixando suas marcas e visões de mundo. Um local de trânsito, habitação, comércio e divertimento, pode ter tido outros usos para os povos originários. Esse é o caso dos antigos cemitérios indígenas de Manaus, há tempos transformados em praças públicas e abrigando monumentos que homenageiam os colonizadores.

Antes da chegada dos europeus, o território que viria a ser conhecido como Manaus era habitado, desde tempos imemoriais, por diferentes povos indígenas, como os Baré, Passé, Manáos, Mura e Tarumã. Aqui estabeleceram suas comunidades, vivendo da caça, da pesca, da coleta e da agricultura. A conquista portuguesa, no século XVII, desagregou seus modos de vida, impondo, dentro de uma lógica mercantilista e por meio da violência, uma nova cultura.

Por volta de 1669 os portugueses construíram a Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, erguida na margem esquerda do Rio Negro, cujas funções era assegurar o domínio português nessa distante região da América Portuguesa e resguardá-la das pretensões expansionistas de espanhóis, franceses, ingleses e holandeses. De acordo com o historiador José Ribamar Bessa Freire, “A fortaleza, que deu origem à atual cidade de Manaus, foi construída em cima de um cemitério indígena – fato sugestivo, carregado de simbolismo que, como imagem, sintetiza por si só todo o processo colonial” (FREIRE, 1994, p. 168).

A fortaleza, símbolo do poder do invasor, foi construída com a mão de obra dos indígenas escravizados, e “O barro por eles usado foi retirado, ironicamente, dos potes destruídos e das sepulturas violadas. Profanaram assim a memória dos mortos, perturbando seu descanso eterno e tripudiando sobre os restos mortais” (FREIRE, 2021). Impossível mensurar o peso dessa violência, uma verdadeira pedagogia do medo utilizada como instrumento de dominação. Além da fortaleza,

foi construída em 1695 a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, ao redor da qual os moradores “cariuas” (brancos) do povoado passaram a ser enterrados, e uma praça conhecida como Largo da Trincheira (BITTENCOURT, 1969).

O cemitério citado por Bessa Freire se estendia da fortaleza até a atual Praça Dom Pedro II, no Centro Histórico. O historiador e geógrafo Agnello Bittencourt, em trabalho memorialístico, lembra que quando foram realizadas obras na praça e arredores no governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896),

Grande número de igaçabas (urnas funerárias) foi encontrado, levando à conclusão de que o núcleo principal do cemitério ficava sobre a praça e onde hoje se acham o Palácio Rio Branco e o grande edifício ao seu lado. Centenas de urnas ali estavam, naquela miracanguera dos aborígenes (BITTENCOURT, 1969, p. 32-33).

Dessa necrópole existem as igaçabas preservadas no Museu da Cidade de Manaus (Paço Municipal), no Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), os relatos dos viajantes e uma interessante gravura publicada no livro *Viagem através da América do Sul, do Oceano Pacífico ao Atlântico*, do explorador francês Paul Marcoy, que visitou a cidade em 1847.

Figura 1 – Cemitério indígena de Manaus, atual Praça Dom Pedro II.



Fonte: MARCOY, Paul. *Voyage à travers l'Amérique du Sud, de l'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique*. Paris: Librairie de L. Hachette etc Co, 1869.

Mário Ypiranga Monteiro afirma que esse cemitério “corresponde atualmente ao trecho ocupado pela praça de Nove de Novembro, praça Dom Pedro Segundo, edifício do I. A. P. E. T.

E. C.” (MONTEIRO, 1998, p. 145). A localização corresponde ao antigo bairro de São Vicente de Fora, local de nascimento da cidade, limitado pelas ruas 5 de Setembro, Bernardo Ramos, Frei José dos Inocentes, Visconde de Mauá, Monteiro de Souza, Tamandaré e Itamaracá.

Além desse cemitério, o historiador Robério dos Santos Pereira Braga cita a existência de outro no bairro dos Remédios, onde foi construída, no início do século XIX, a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, seu cemitério e sua praça. Ele descreve esses espaços como locais sem o mínimo de organização “[...] em que mesclavam enterros de brancos, negros e índios, cada um conforme os seus costumes” (BRAGA, 2003, p. 01). Sobre essa necrópole, Monteiro afirma que dela foram retiradas várias igaçabas (MONTEIRO, 1998, p. 589).

A construção das igrejas e suas praças sobre os cemitérios indígenas, assim como a fortaleza, é um ato simbólico do processo de colonização. Muito mais que um elemento voltado apenas para o campo espiritual, a religião estava intimamente ligada à guerra. A dominação religiosa, que mexe com as mentalidades, facilita a penetração do conquistador. A evangelização também é agressão, na medida em que modifica e desintegra toda uma estrutura ancestral de práticas nativas. De acordo com o historiador Ruggiero Romano, ao facilitar a penetração na sociedade nativa, a desestruturando espiritual, cultural e psicologicamente, a cruz se tornou elemento complementar da espada na conquista da América (ROMANO, 1972). O colonizador expropriou os indígenas de suas terras, os converteu à força a uma nova fé e, para completar o extermínio, escreveu sua história e ergueu monumentos em cima de culturas milenares.

Os cemitérios indígenas, assim como os campos santos ocidentais, são espaços sacralizados carregados de significados para suas comunidades. O local escolhido para o enterro, a posição em que o corpo era sepultado e os rituais de despedida fazem parte de um rico universo simbólico. Os nativos, com forte conexão com a natureza, também acreditavam na força dos espíritos de seus antepassados, que os ajudariam no plano terreno.

Em pouco tempo essa população indígena foi subjugada social e culturalmente pelos colonizadores, abandonando o uso de seus tradicionais cemitérios. Nos dois séculos seguintes já temos registros dessa mudança. Marcoy escreveu que nada restou dos primitivos habitantes do lugar. Nem uma casa ou outra construção de porte. A cidade que visitou por volta de 1847 foi erguida em cima dos rastros desses povos. A conquista foi extremamente violenta. O viajante tomou nota sobre as igaçabas, urnas funerárias utilizadas pelos indígenas:

O local ocupado pela cidade é reconhecível por escavações circulares que se estendem até o sopé da fortaleza. Essas escavações são sepulturas. Alguns ainda guardam, intactos ou partidos, os jarros de terracota em que os Manáos depositavam os seus mortos. Esses vasos, de pasta grossa e de cor marrom avermelhada escura, estão no térreo. Sua altura varia de setenta centímetros a um metro; o diâmetro de seu orifício é de cerca de quarenta centímetros. Desenhos sem forma, losangos, zigue-zagues, galões, etc, são traçados em preto em seus lados. Alguns têm tampa; mas a maioria está escancarada e vazia. Dos corpos que continham, resta para o ensino dos curiosos apenas uma mistura de cinzas humanas e poeira trazida pelo vento (MARCOY, 1869, p. 421).

Figura 2 – Igaçaba.



Fonte: MARCOY, Paul. *Voyage à travers l'Amérique du Sud, de l'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique*. Paris: Librairie de L. Hachette etc Co, 1869.

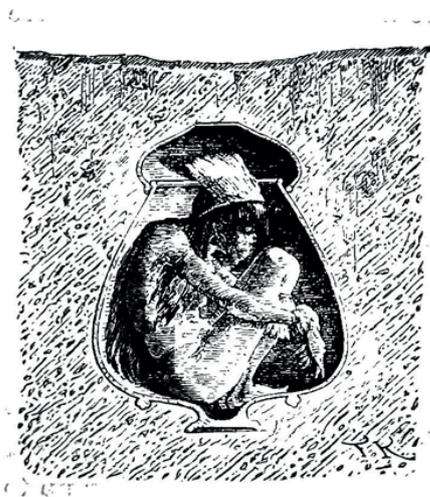
Àquela altura o cemitério indígena já não tinha mais uso. Havia se transformado em espaço de trânsito para a população. Exemplo disso é o relato do viajante italiano Gaetano Osculati, que esteve na cidade em 1848. Ele viu, no Largo do Quartel (atual Praça Dom Pedro II), um pelotão de soldados marchando sobre as igaçabas – que afloravam do solo durante as chuvas – quebrando

suas bordas com os pés durante o treinamento (FREIRE, 2004). Uma clara demonstração de apagamento cultural. Em 1867 o desenhista, pintor, fotógrafo e engenheiro alemão Franz Keller-Leuzinger, durante expedição pela região amazônica, esteve em Manaus, deixando um breve relato sobre o cemitério indígena e a gravura de uma dessas peças:

As ruínas do pequeno forte português, São José da Barra do Rio Negro, – registra – são vistas à esquerda. Mas elas despertam muito menos interesse que um velho cemitério indígena, recentemente descoberto ao nivelar-se o terreno na vizinhança de suas muralhas. Centenas daquelas urnas de argila vermelha (igaçabas), que os aborígenes usam para enterrar seus mortos, são vistas em longas fileiras, e a não grande profundidade da terra. Em várias delas, os restos de ossadas humanas têm sido encontradas, e o seu estado de decomposição mostra que elas são de data bem antiga (KELLER-LEUZINGER apud BITTENCOURT, 1949).

Através do relato de Keller-Leuzinger, citado por Bittencourt, assim como de outros que veremos a seguir, percebe-se que as igaçabas foram sendo encontradas, principalmente, durante intervenções urbanísticas na área antiga de Manaus, o mesmo ocorrendo nas vilas e povoados do interior. Ironicamente, as políticas de embelezamento, que tentavam dotar a capital de ares europeizados, acabaram revelando as origens nativas de sua população. Cada urna representava o fragmento de um passado que teimava em se fazer presente, lembrando quem eram os verdadeiros donos da terra.

Figura 3 – Igaçaba com restos mortais. Gravura de Franz Keller-Leuzinger.



Fonte: KELLER-LEUZINGER, Franz. **The Amazon and Madeira Rivers: sketches and descriptions from the note-book of an explorer.** Philadelphia: J. B. Lippincott and Co., 1875, p. 40. Biblioteca

Brasília Guita e José Mindlin.

João Coelho da Gama e Abreu, Barão do Marajó e então presidente da província do Amazonas, em passeio nos arredores das ruínas da fortaleza por volta de 1867, teve sua atenção desviada para “[...] um grande número de pequenas poças de água formando linhas quasi regulares e paralellas” (GAMA E ABREU, 1895, p. 228). Mandando escavar uma delas, foi encontrada uma grande urna vermelha de 1 metro de altura. Contendo alguns fragmentos de ossos, a peça não pôde ser removida inteiramente, pois estava enfraquecida pela água e pela terra.

Outra escavação revelou nova urna, removida, posta ao sol para endurecer e posteriormente levada para a residência presidencial para averiguação. Nela foram encontrados

[...] um craneo partido no sentido longitudinal, muitos fragmentos de ossos, alguns pertencentes ao craneo, mas todos tão molles que cediam desfazendo-se á menor pressão, um fémur quasi inteiro pois lhe faltava a cabeça superior e que indicava ser de um homem de elevada estatura (GAMA E ABREU, 1895, p. 228).

Ao deixar a presidência, o Barão do Marajó entregou a peça ao seu sucessor, Jacintho Pereira Rego, para que a enviasse ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde serviria como material “[...] aos estudiosos de assumptos anthropologicos e ethnographicos” (GAMA E ABREU, 1895, p. 228).

Tal situação também ocorria, como dissemos, no interior da província. O Cônego Francisco Bernardino de Souza, em suas memórias sobre o Vale do Amazonas publicadas em 1873, lembra de ter visto na Vila de Serpa (Itacoatiara) grande número de igaçabas, que caíam dos barrancos durante fortes chuvas. Ele informa que “Muitas dessas urnas tem sido recolhidas pelos tranzeuntes, como objectos de curiosidade, sem contudo lhes darem importância alguma, e d’est’arte vão às reliquias venerandas de uma geração inteira, um fim para que nunca se destinaram” (SOUZA, 1988, p. 24).

Essas necrópoles foram redescobertas a partir do final do século XIX e ao longo de todo o século XX. Em 1882, em meio às obras do Passeio Público, na atual Praça IX de Novembro, foi

descoberta uma igaçaba, que por falta de tempo não foi enviada pela presidência da província para a Exposição Antropológica Brasileira, realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro (EXPOSIÇÃO, 07/03/1882). Uma das peças da seção de etnografia do Museu Botânico do Amazonas, criado em 1883 e inaugurado em 1884, era uma igaçaba vinda de Carvoeiro (A PROVÍNCIA, 06/08/1885).

Em 1907, durante escavações realizadas no Paço Municipal, na Praça Dom Pedro II, operários encontraram três grandes igaçabas contendo restos mortais. Conforme matéria do *Jornal do Commercio*, elas não puderam ser retiradas de forma intacta dada a fragilidade do material. Esses achados, de acordo com o periódico, confirmavam que o cemitério não ficava restrito à área da fortaleza, se estendendo pela Praça Tenreiro Aranha, passando pela rua Municipal, rua Demétrio Ribeiro, Praça da Matriz e chegando ao Hotel Cassina (JORNAL DO COMMERCIO, 12/01/1907, p. 01). Uma delas ficou em poder do Coronel Caetano Monteiro, colecionador de artefatos arqueológicos. Não tardaram a aparecer propostas para a sua compra, como a de um francês que pretendia entregá-la a um museu de Paris. Monteiro, no entanto, preferiu entregar a igaçaba ao Museu Nacional-RJ (JORNAL DO COMMERCIO, 10/08/1907, p. 01).

Nesse momento, entre 1880-1900, o interesse por esses objetos está ligado, como aponta Rapp Py-Daniel, a uma nova fase dos estudos arqueológicos e antropológicos, influenciados pelo darwinismo social e suas premissas de superioridade cultural e racial (RAPP PY-DANIEL, 2015, p. 37). Arcos, flechas, lanças, máscaras e urnas funerárias eram catalogados, estudados e expostos como resquícios de povos que ficaram no passado – romanticamente idealizado – não tendo lugar na marcha do progresso. Em síntese, personagens tratados como a-históricos.

Em 1949, durante as obras do Edifício do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas – IAPETEC, foi encontrada uma igaçaba com 2,66 metros de circunferência e boca de 38 centímetros. O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) foi contatado, enviando ao local o membro e historiador Mário Ypiranga Monteiro. O artefato, que

estava com a boca virada para baixo, possivelmente por conta da caída da terra, foi retirado sob sua supervisão e com a ajuda dos operários, com o máximo cuidado para não danificá-lo. Dentro foram encontrados vários ossos, como o crânio, as tíbias, os fêmures e fragmentos menores. Sua idade foi estimada entre 400 e 500 anos (JORNAL DO COMMERCIO, 16/12/1949, p. 06). Ela foi levada para o IGHA, estando atualmente exposta no Museu Crisanto Jobim.

Entre 1955 e 1961 o arqueólogo e etnólogo alemão Peter Paul Hilbert, do Museu Paraense Emílio Goeldi, realizou escavações arqueológicas na cidade. Estudando as igaçabas encontradas na Praça Dom Pedro II, chegou à conclusão de que o local era um grande sítio arqueológico, o qual denominou Sítio Manaus, e que elas pertenciam à fase cerâmica Paredão, da tradição Borda Incisa/Barrancóide, com idade estimada entre os anos 100 e 800 d. C. Além desse, identificou sítios na Refinaria de Manaus (REMAN) e no Aeroporto de Ponta Pelada. Helena Pinto Lima e Bruno Moraes falam da importância do trabalho de Hilbert:

Este pesquisador se tornou um importante nome da arqueologia amazônica, uma vez que seus trabalhos o auxiliaram a estabelecer uma primeira – e pioneira – cronologia da ocupação pré-colonial da cidade de Manaus e da Amazônia central, definindo e nomeando os principais conjuntos artefatuais encontrados na região (LIMA; MORAES, 2010, p. 93).

Nas décadas de 1970 e 1980, de acordo com Helena Pinto Lima e Bruno Moraes, o arqueólogo Mário Simões desenvolveu importantes trabalhos, identificando “mais de duas dezenas de sítios na área rural e periférica da capital do Estado do Amazonas”, tendo parceria com o Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica na Bacia Amazônica (PRONABA). Simões foi responsável por padronizar as nomenclaturas do acervo dos sítios e fases arqueológicas, utilizando o Índice das Fases Brasileiras e cadastrando vários sítios amazônicos (LIMA; MORAES, 2010, P. 93).

Em 1995 tem início o Projeto Amazônia Central (PAC), do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), com atuação principalmente em Manaus, Iranduba e Manacapuru. Foram identificados centenas de sítios arqueológicos, amplamente explorados, “o

que permitiu o estabelecimento de uma cronologia segura para a ocupação pré-colonial da área” (LIMA; MORAES, 2010, p. 93).

A pesquisa arqueológica em Manaus, no início dos anos 2000, teve grande avanço, como visto nas pesquisas dos antropólogos William Rodrigues Pereira e Camila Garcia Iribarrem, e dos arqueólogos Helena Pinto Lima e Bruno Moraes. Em 2002, o Governo do Estado do Amazonas, objetivando encontrar resquícios da fortaleza de São José da Barra do Rio Negro e de ocupações pré-coloniais, contratou uma equipe de arqueólogos, coordenada por Paulo Eduardo Zanettini, Eduardo Góes Neves e Erika Gonzalez, que desenvolveu o projeto ArqueoUrbs – Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus (PEREIRA, 2021; IRIBARREM, 2017; LIMA, MORAES, 2010).

Foram encontrados na Praça Dom Pedro II 5.651 fragmentos, a maior parte de origem pré-colonial das fases Paredão (400), Manacapuru (323) e Guarita (6). 3.416 não foram identificados, e 400 foram datados de períodos posteriores à colonização. Esses fragmentos são, em ordem: “421 de material construtivo, 260 são vidros, 182 de louça, 2 de plástico, 65 de metais, 59 ossos, 68 líticos, 7 de lamparinas, 1 de carvão e 1 não identificado” (PEREIRA, 2021, p. 78).

Durante a realização do ArqueoUrbs, iniciou-se, em 2003, o restauro da referida praça, sendo encontradas quatro igaçabas da fase Paredão datadas de 1.500 anos. Em relação às disputas pela memória, lideranças indígenas foram contrárias à remoção dessas urnas, considerando o ato um desrespeito aos espíritos de seus antepassados. Os arqueólogos e demais profissionais envolvidos, por outro lado, defendiam que elas deveriam ser resgatadas para serem preservadas (PEREIRA, 2021; IRIBARREM, 2017). Nas falas dos indígenas fica bastante claro que não se tratavam simplesmente de peças arqueológicas, mas de relicários sagrados e caros às suas culturas. Saberes tradicionais e a ciência Ocidental entraram em choque.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB defendeu

que, caso não fosse possível evitar a remoção, que as urnas fossem entregues ao movimento indígena. As lideranças indígenas e o IPHAN, após longos debates, entraram em consenso. Para dar prosseguimento aos trabalhos de remoção, foi realizada uma cerimônia de autorização por Pajés de diferentes etnias: Tukano, Apurinã e Dessana (PEREIRA, 2021; IRIBARREM, 2017). Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Genival de Oliveira, da COIAB, comentou que “O terreno onde estão as urnas é sagrado. Daí a necessidade da pajelança, faz parte da nossa cultura” (FOLHA DE SÃO PAULO, 08/08/2003).

Elas foram entregues ao Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), estando uma em exposição e as demais na reserva técnica da instituição (LIMA; MORAES, 2010; IRIBARREM, 2017; PEREIRA, 2021). A História, a Antropologia e Arqueologia, enquanto ciências metodologicamente e teoricamente organizadas, não levaram em conta os laços que uniam as içaçabas e os grupos que as reivindicavam na hora de decidir a quem cabia a tutela, priorizando a patrimonialização e a musealização dos artefatos. Isso nos lembra, como afirma o historiador Jacques Le Goff, que:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 2013, p. 535).

A afirmação de Le Goff vai ao encontro das reflexões de Pierre Nora, que também se dedicou ao estudo da memória. Ao comentar a relação entre memória e História, Nora é categórico ao declarar que enquanto a primeira “emerge de um grupo que ela une”, sendo plural, a História “pertence a todos e a ninguém” (NORA, 1993, p. 09). No momento em que foram resgatadas, as urnas funerárias deixaram de ser vistas, pela ciência Ocidental, apenas como elementos que uniam culturalmente grupos específicos, tornando-se patrimônios públicos.

A peça em exposição foi possivelmente utilizada no enterro de um chefe indígena. Após a análise de especialistas, constatou-se que se trata de um exemplar da tradição Borda Incisa/

Barrancóide. A arqueóloga Helena Pinto Lima informa que essa tradição é representada, na Amazônia Central, pelas fases Manacapuru e Paredão:

A primeira, caracterizada por grande variabilidade formal, mas sempre com as bordas expandidas características à tradição. O vasilhame é temperado com o cauxí, uma esponja de água doce comumente encontrada em rios de águas pretas. A decoração, um tanto rebuscada, consistiria essencialmente na modelagem de figuras abstratas, zoomorfas e antropomorfas, em incisões de todos os tipos e também no engobo. Já a fase Paredão teria uma variabilidade formal pequena, principalmente quando comparada com outras fases cerâmicas da Amazônia. As formas mais comuns seriam os vasos com alça (fruteiras), cuias, grandes urnas funerárias e panelas sem decoração. A decoração, mais rara, era feita através de pintura vermelha com motivos geométricos em espiral e em gregas, e apêndices antropomorfos (sempre aplicados nas urnas). O tempero mais utilizado seria também o cauxí (LIMA, 2008).

Figura 4 - Igaçaba da tradição Borda Incisa/Barrancóide. Acervo do Museu Amazônico.



Fonte: autor.

Nas escavações realizadas entre 2007 e 2012 no Paço Municipal, foram encontradas igaçabas nas fundações do prédio. Os arqueólogos, dessa vez, possivelmente influenciados pelas reivindicações das lideranças indígenas feitas anteriormente (2003) e com a intervenção do Ministério Público, decidiram não realizar a remoção, as deixando expostas como foram

encontradas (IRIBARREM, 2017).

No início de 2021, o vereador Marcelo Serafim, tendo como base as reivindicações dos movimentos e organizações indígenas, enviou ao prefeito de Manaus uma proposição para a criação de um memorial indígena na Praça Dom Pedro II:

A presente proposição objetiva o reconhecimento da atual Praça Dom Pedro II, localizada no Largo Paço da Liberdade, como local sagrado dos povos originários que habitaram esse mesmo espaço no período pré-colonial, sendo utilizado como cemitério indígena comprovado por escavações realizadas naquele sítio arqueológico. Dessa forma, propõe-se a criação do MEMORIAL ALDEIA DA MEMÓRIA INDÍGENA DE MANAUS, haja vista o alto valor histórico e arqueológico desse espaço sagrado dos povos indígenas originários. A criação do referido MEMORIAL, além do relevante interesse cultural, atende aos anseios dos representantes e estudiosos das várias etnias existentes no Amazonas, bem como reconhece a maior concentração e diversidade étnica do país e do mundo, atualmente concentrada nas regiões do alto Rio Negro e Solimões, devido ao massacre que se deu ao longo da História, a partir desse Marco Zero do processo civilizatório originado nessa praça, que está localizada no centro do Largo do Paço da Liberdade. Em anexo, segue sugestão de placa para o Memorial a ser criado (GARCIA, 2022).

Naquele mesmo ano a proposição foi aprovada e a prefeitura inaugurou na praça, em 19 de abril, a ‘Aldeia da Memória Indígena de Manaus’, um memorial em homenagem aos povos indígenas que habitaram a região e sepultaram seus entes nesse sítio histórico. Na ocasião o prefeito fez um pedido de perdão histórico:

Às margens do Rio Negro, onde nasceu a cidade de Manaus, aos povos indígenas peço PERDÃO HISTÓRICO com este reconhecimento, após 351 anos. Desde 1542, quando aqui chegou o primeiro homem branco, vocês já estavam aqui. O que é de vocês a vocês retorna – com o reconhecimento do poder público municipal (GARCIA, 2022, p. 22).

Essa ação, fruto de anos de reivindicação de grupos indígenas, tendo à frente João Paulo Barreto, doutor em antropologia social, e Ivan Tukano, da Associação Indígena Yepamahsã dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, nos lembra que todos buscam o direito à memória, pois como registrou o historiador Charles-Olivier Carbonell,

[...] “nenhum grupo é amnésico. Para qualquer grupo recordar-se é existir; perder a memória é desaparecer. Não ultrapassou o homem a animalidade quando

com o auxílio das palavras conseguiu acrescentar a uma memória instintiva, programada mesquinamente para a ilusória eternidade da espécie, a memória cultural única capaz de exorcizar a morte e fundar a hereditariedade dos saberes? (CARBONELL, 1992, p. 07).

Ponderando sobre a importância desse cemitério, o professor Agnello Bittencourt, no final da década de 1960, escreveu que “A atual geração que hoje habita Manaus ignora o fato, mal podendo avaliar que ali foram sepultados muitos antepassados nossos, de raça e mesmo de sangue” (BITTENCOURT, 1969, p. 32). Tal afirmação, passadas mais de cinco décadas, têm um quê de atual, dado o preconceito contra as origens nativas da população.

Nesse sentido, a artista plástica e pesquisadora Bernadete Andrade considera a Praça Dom Pedro II um espaço sagrado, de memória e esquecimento. Sagrado para os indígenas do período pré-colonial, que ali sepultavam e cultuavam seus antepassados, e também para os seus descendentes. De memórias das diferentes cidades, da indígena, da do Largo do Pelourinho e da *fin-de-siècle* com a Belle Époque. De esquecimento da nossa identidade, da má conservação e vilipêndio ao patrimônio (ANDRADE, 2004, p. 37).

Distante da região central, na zona Norte, as disputas pela memória em torno de antigos cemitérios indígenas também são intensas. Em 2001 foi descoberto no Conjunto Nova Cidade um grande cemitério de 250 mil metros quadrados, distante 15 quilômetros da margem esquerda do Rio Negro. As terras são propriedade da Superintendência Estadual de Habitação (Suhab). Cerca de 14 urnas foram recuperadas e os restos mortais analisados. Foi constatado que as peças possuem mais de 700 anos. Infelizmente o local encontra-se abandonado, com muitas urnas degradadas (MEDEIROS, 2012). Também é recorrente o roubo desses materiais, vendidos a peso de ouro para colecionadores locais e internacionais.

Anos mais tarde, em 2018, cerca de 120 famílias indígenas de pelo menos 13 etnias ocuparam a região, dando origem à comunidade Cemitério dos Índios, hoje denominada Nova Vida. Atualmente com mais de 2.400 famílias, nela habitam indígenas dos povos: Munduruku,

Kambeba, Baré, Apurinã, Mura, Kokama, Dessano² e outros povos.

Um dos líderes da ocupação afirmou que “Estamos nesse lugar pelos nossos antepassados, queremos preservar isso e da melhor forma possível. A ideia é que a gente fique aqui porque, na verdade, este lugar é direito de todos nós, indígenas”. Além do acesso à moradia, eles também buscam a preservação da memória de seus antepassados, preocupando-se com a preservação do antigo cemitério indígena, apesar de o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ter constatado que foram causados danos ao sítio histórico (ROCHA, 2018).

Infelizmente, como vários lugares da cidade, a comunidade foi tomada pelo tráfico de drogas e pela briga entre facções criminosas. Pelo menos três lideranças indígenas foram assassinadas nos últimos quatro anos. Passou a imperar a lei do silêncio. Pode-se dizer que essa é a triste continuidade de um violento processo de apagamento cultural, que causou e continua causando a morte milhares de povos indígenas, o abandono e profanação de seus espaços sagrados e de sociabilidade.

De Norte a Sul, do Ocidente ao Oriente, são travadas todos os dias disputas pela memória. De um lado temos as classes dominantes, que lutam para manter o *status quo* e um passado idílico que possibilita sua legitimação. Do outro, grupos historicamente marginalizados, por muito tempo sem voz, e que só nas últimas décadas, após lutas renhidas, conseguiram ocupar espaços antes inalcançáveis. Os embates são violentos, transformando-se, nos dizeres do historiador catalão Josep Fontana, em guerras da história (FONTANA, 2004). A mudança dos nomes de ruas e praças que homenageavam colonizadores e torturadores, e, no caso do presente estudo, o reconhecimento e preservação de um cemitério indígena, são vitórias que devem ser comemoradas efusivamente.

² Forma como esse povo se referência internamente.

Considerações finais

Nas sociedades indígenas, a morte é vista como uma etapa importante da trajetória humana na terra. Em algumas etnias, ela é comemorada efusivamente, com rituais que levam meses para ser concluídos. Tupinambá, bororo, marubo, kaingang, caapores. Cada um tem sua forma de se relacionar com a morte e com os mortos. Dessa feita, os cemitérios indígenas são espaços de importância imensurável, palco de rituais de recordação dos antepassados, cujos espíritos são caros a esses homens e mulheres.

Os indígenas que habitavam desde priscas eras o território onde Manaus foi fundada na segunda metade do século XVII – Baré, Passé, Tarumã, Manáos e Baniwa – enterravam seus mortos em locais específicos. Seus cemitérios estavam localizados onde os colonizadores construíram a fortaleza, símbolo do poderio da metrópole na região e, de forma simbólica, do domínio sobre o outro, que teria sua sociedade, cultura e lugares de referência desestruturados. O processo foi tão violento que, já no século XIX, os cemitérios indígenas já estavam sem uso, transformados em locais de passagem e objetos de curiosidade da população e viajantes, estes últimos fazendo importantes registros desses espaços.

Nas últimas décadas organizações indígenas localizadas em Manaus lutaram pelo reconhecimento dos cemitérios indígenas como espaços sagrados e de memória. Em 2021 foi inaugurada na Praça Dom Pedro II, construída sobre um grande cemitério, a ‘Aldeia da Memória Indígena de Manaus’, um marco no reconhecimento do extermínio promovido por séculos contra os povos nativos. Em meio a essa luta foram descobertos novos cemitérios indígenas, localizados na zona Norte da cidade. A descoberta veio acompanhada da reivindicação de direitos ancestrais sobre essas terras, com o estabelecimento de comunidades de diferentes etnias que buscam o acesso à moradia e a preservação da memória de seus antepassados, dando novo fôlego a antigas lutas e alertando a população sobre a importância da preservação patrimonial e cultural.

Referências bibliográficas

ACUÑA, Cristóbal de. *Descobrimientos do Rio das Amazonas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1941.

AGNOLIN, Adone. *Antropofagia ritual e identidade cultural entre os Tupinambá*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2002, v. 45, n° 1.

ANDRADE, Maria Bernadete Mafra. *Praça D. Pedro 2°*: Tesouros arqueológicos ressuscitam passado. Jornal do Commercio, Manaus, 24 e 25 de outubro de 2004, p. 37-37. A PROVÍNCIA, 06 ago 1885.

BITTENCOURT, Agnello. *Fundação de Manaus – Pródromos e Sequências*. Manaus: Artenova, 1969.

_____. *Manaus – sua origem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico – IBGE, v. 7, n. 76, p. 385-395, jul. 1949.

BOTELHO, João Bosco; TADROS, Vânia Maria Tereza Novoa. *A histórica resistência do Pajé*. In: *Amazônia em Cadernos*, n. 6, jan/dez, 2000.

BRAGA, Robério. *Os primeiros cemitérios de Manaus*. Série Memória, SEC-AM, 2003.

CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.

CARVAJAL, Frei Gaspar de. *Descobrimento do Rio das Amazonas*. Traduzidos e anotados por C. de Melo-Leitão. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, Eliane Knorr. *Canibalismo e antropofagia: do consumo à sociabilidade*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP, 08 a 12 de setembro de 2008.

EXPOSIÇÃO, 07 mar 1882.

FOLHA de São Paulo, 08 ago 2003.

FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Barés, Manãos e Tarumãs*. *Amazônia em Cadernos*, v. 2, n°s 2/3, Universidade do Amazonas – Museu Amazônico, 1993/1994.

_____, José Ribamar Bessa. *O Lugar Sagrado da Barra*: Manaus. Taquiprati, 15/02/2004. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/302-o-lugar-sagrado-da-barra-manaus>.

_____, José Ribamar Bessa. *Tenório: o Memorial indígena e o Pirarucu-de-Casaca*. Taquiprati, 28/02/2021. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/1570-tenorio-o-memorial-indigena-e-o-pirarucudecasaca>.

_____, José Ribamar Bessa (coord.); PINHEIRO, Geraldo Pantaleão Sá Peixoto; TADROS, Vânia Maria Tereza Nova; SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo; COSTA, Hideraldo Lima da. *A Amazônia Colonial (1616-1798)*. 5° ed. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1991.

GAMA E ABREU, José Coelho da, Barão de Marajó. *As Regiões Amazônicas – estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1895.

GARCIA, Etelvina. *Manaus e seus Cemitérios: histórias de vidas e legados*. Manaus: Concultura/Norma Editora, 2022.

GONZATTO, Camila. Conversa com Sandra Benites: “As cidades são cemitérios indígenas”. C& América Latina, 03/03/2021.

IRIBARREM, Camila Garcia. *Visões de mundo: uma etnografia do fazer arqueológico no Paço da Liberdade – Manaus-AM*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2017.

JORNAL do Commercio, 12 jan 1907.

JORNAL do Commercio, 10 ago 1907.

JORNAL do Commercio, 16 dez 1949.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 7° ed. revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Helena P.; MORAES, Bruno. *Produção de conhecimento e preservação em debate: aspectos da arqueologia na cidade de Manaus*. Revista de Arqueologia, volume 23 – n.1. 90-107, 2010.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (orgs.). *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG, 2016.

MARCOY, Paul. *Voyage à travers l’Amérique du Sud, de l’Océan Pacifique à l’Océan Atlantique*. Paris: Librairie de L. Hachette etc Co, 1869.

MEGGERS, Betty J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Trad. Maria Yedda Linhares. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MEDEIROS, Girlene. *Cemitério indígena de 700 anos está abandonado há uma década no AM*. G1 Amazonas, 21/09/2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/09/cemiterio-indigena-de-700-anos-esta-abandonado-ha-uma-decada-no-am.html>.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Roteiro Histórico de Manaus*. Vol I. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1998.

- MORIN, Edgar. *O Homem e a Morte*. Portugal: Publicações Europa-América, 1970.
- NEVES, Eduardo Goes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História. São Paulo (10), dez. 1993.
- PEREIRA, William Rodrigues. *Entre o Passado e a “Modernidade”*: Uso e Ressignificação do Espaço Público Praça Dom Pedro II – Manaus/AM. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2021.
- PORRO, Antônio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- RAPP PY-DANIEL, Anne. *Os contextos funerários na arqueologia da calha do Rio Amazonas*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo – USP, 2015.
- RIBEIRO, Darcy. *Diários índios: os Urubu-Kaapor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROCHA, Karol. *Indígenas ocupam área arqueológica e afirmam ter direitos sobre terra em Manaus*. A Crítica, 31/08/2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/indigenas-ocupam-area-arqueologica-e-afirmam-ter-direitos-sobre-terra-em-manau-1.196875>
- ROMANO, Ruggiero. *Os Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Revisão de Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e frei Venâncio Willeke, OFM; apresentação de Aureliano Leite. 7º ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- SOUZA, Francisco Bernardino. *Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1988.
- SZTUTMAN, Renato. *Rituais*. Povos Indígenas do Brasil. Agosto de 2008. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Rituais>. Acesso em 09/04/2023.
- VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*. 2 vols. Rio de Janeiro/Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.
- WRIGHT, Robin Michael. *As formações sociorreligiosas da Amazônia indígena e suas transformações históricas*. Cienc. Cult. vol. 60, nº 4. São Paulo, out. 2008.
- ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Kuarup*. Rota Brasil Oeste, 25/08/2003. Disponível em: <http://www.brasiloste.com.br/2003/08/kuarup-4/>. Acesso em 09/04/2023.1